

A PESCA ARTESANAL COMO ARTE E COMO SIGNIFICADO CULTURAL: O CASO POTIGUAR

Traditional (small-scale) fishing as an art-form and as a matter of cultural importance:
the Rio Grande do Norte case

Anelino Francisco Silvaⁱ
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Este artigo traz a problemática da pesca artesanal nas comunidades pesqueiras do litoral potiguar, nas dimensões socioeconômica e cultural. Resulta de pesquisa realizada sob a égide do Departamento de Geografia da UFRN. O espaço analisado apresenta variada e complexa diversidade regional, decorrente de seus traços culturais e socioeconômicos, daí a investigação atentar para uma feição de sua economia, designada como atividade pesqueira artesanal, e, para o significado cultural dessa atividade, que se espacializa nos litorais oriental e setentrional do Estado, somando 25 municípios costeiros. Para a realização desta investigação, foram efetivados levantamentos bibliográficos e visita a campo, com aplicação de questionários e entrevistas. Foi constatado que é precária a condição do pescador artesanal para o bom desempenho de suas atividades: a maioria parte deles possui baixo grau de escolaridade e de qualificação profissional, e o desenvolvimento tecnológico na pesca artesanal é baixo. Entretanto essa atividade é muito importante para os pescadores do ponto de vista econômico e do cultural. Os dados obtidos sobre a pesca artesanal possibilitaram verificar que a atividade é geradora de trabalho e renda, e absorve expressivo contingente de trabalhadores. Entretanto, por falta de política pública – de gestão administrativa e de infraestrutura – Ela vive-se um descompasso de ordem socioeconômica e cultural.

Palavras-chave: Pesca artesanal; atividade econômica; significado cultural; identidade.

Abstract

This article covers the issue of small-scale fishing in traditional fishing communities along the coast of the northeastern Brazilian state of Rio Grande do Norte. The article is the result of research carried out under the auspices of the Geography Department at UFRN (Federal University of Rio Grande do Norte). The region analyzed presents varied and complex regional diversity, a result of its cultural and socio-economic traits, which led the investigation to take into account a particular feature of the local economy, i.e. the small-scale fishing industry, as well as the cultural significance of this activity, which takes place throughout the eastern and northern coastal areas of the state, an area totaling 25 coastal municipalities. In order to carry out this investigation, bibliographical research and field trips were carried out, including the application of questionnaires and interviews involving local residents. It was ascertained that the small-scale fishermen's existence is a precarious one: most of them have very little schooling or professional qualifications, and there is very little technological development in the small-scale fishing sector. However, this activity is very important for the fishermen themselves from the economical and cultural standpoints. Data obtained about small-scale fishing industry has indicated that the activity creates jobs and income, and involves an expressive portion of the local workforce. However, because of a lack of coherent public policy – including administrative and infrastructure management - it finds itself out of step with the current socio-economic and cultural order.

Keywords: small-scale fishing; economic activity; cultural significance; identity.

INTRODUÇÃO

É conhecido que a pesca está envolvida no problema global de escassez de alimento. Essa escassez é produzida pelas ações de uso irracional do recurso natural, que são os estoques pesqueiros. No início da década de 1980, empresas modernas se instalaram no Rio Grande do Norte, trazendo embarcações equipadas e pessoal qualificado para pescar em águas de grande profundidade, entretanto

diversos fatores apontam a formação de um descompasso: sobrepesca em certas áreas, baixo rendimento das unidades produtoras, tecnologia e sistema de comercialização que fragilizam o setor pesqueiro. Mas, apesar disso tudo, não resta dúvida de que a pesca tem se mantido como uma atividade econômica e cultural do estado. A pesca artesanal tem se destacado por sua resistência, mantendo-se como uma arte e uma atividade

socioeconômica muito importante.

Segundo Diegues (1995, p.107) a pesca artesanal ainda

se presta a inúmeras funções em relação à pesca empresarial/industrial capitalista [...]. As duas funções primordiais são: fornecer mão-de-obra para os barcos empresariais e fornecer produtos (pescado) às empresas de pesca que instalam seus postos de venda ao longo da costa.

Entretanto ela é mais representativa do ponto de vista da absorção de mão-de-obra e da representação cultural. Nesse contexto, um fator tem sido importante nas comunidades pesqueiras: o significado cultural e a identidade que o pescador e a comunidade atribuem à pesca desenvolvida.

O TERRITÓRIO DA PESCA E SUAS CARACTERÍSTICAS

As comunidades costeiras do Rio Grande do Norte têm um efetivo de 13.000 pescadores que se dedicam à pesca artesanal. Esse quantitativo de pescadores foi calculado levando-se em consideração o número de embarcações existentes e a média de pescadores por embarcação. Considerando-se que a média de indivíduos por família é de cinco pessoas, estima-se, no litoral do estado, que há mais de 65.000 pessoas ligadas à pesca, isto sem contar com vendedores de peixe, carpinteiros navais, artesãos de confeccionam aparelhos de pesca, entre outros (MMA/IBAMA, 2009).

Como atividade econômica, a pesca caracteriza-se por sua especificidade. É uma atividade que produz um gênero alimentício importante que merece dos governos federal e estadual a implementação de políticas públicas que garantam o uso dos recursos e,

por extensão, a atividade de pesca e/ou a criação do peixe e do camarão em cativeiro onde haja condições ideais para isso.

A comercialização da pesca artesanal de águas oceânicas e/ou marítimas é muito deficiente, em virtude da irregular infraestrutura de frios existente, a qual acarreta graves problemas de abastecimento. As embarcações estão abaixo de 12 metros de comprimento, sendo, conseqüentemente, com capacidade inferior a 20 toneladas de arqueação bruta (TAB). São confeccionadas de madeira, possuem sistema de conservação a gelo, suas viagens não ultrapassam 15 dias de oceano/mar, com propulsão a vela (50,1%), motor (30,6%) ou remo (19,3%). Elas, praticamente, não possuem equipamentos de auxílio à pesca e à navegação. Essas embarcações pertencem aos pequenos armadores de pesca do estado, excetuando-se 35 atuneiros (frota industrial) que desembarcam em Natal e são de propriedade de empresas de pesca do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba, de São Paulo e de Santa Catarina.

Na pesca artesanal, a tecnologia utilizada, assim como os meios de navegação, são rudimentares, envolvendo-se o próprio meio de vida no âmbito artesanal. O pescador artesanal procura sua auto-suficiência no mundo exterior, adotando uma vida sem especialização no trabalho, embora venha incorporando novas tecnologias de navegação, como o GPS.

Originalmente, os pescados serviam para consumo pessoal ou eram comercializados entre os membros da comunidade. O nível de renda obtido representava taxas baixas de desenvolvimento.

Mas percebe-se que vem se desenvolvendo uma estrutura de comercialização destinada a atender a demanda pelo pescado nos centros urbanos. Essa comercialização surgiu com uma rede de intermediação, ligando as áreas produtoras às praias e aos centros urbanos.

O problema da técnica não é ignorado pelo pescador. De fato, é a deficiência de equipamentos a principal dificuldade com que ele se defronta. Do ponto de vista tecnológico, a atividade pesqueira artesanal, no Rio Grande do Norte, apresenta os mesmos problemas que a dos demais estados pesqueiros. Na pesca artesanal¹ normalmente as pescarias costeiras têm duração de um a três dias. Os deslocamentos -ida e volta - para os "pesqueiros" são realizados de acordo com as condições da natureza, uma vez que os barcos não dispõem de instrumentos de navegação. Nas viagens de dois a três dias, o pescado é colocado em urnas de gelo.

Retornando aos locais de desembarque, o pescador procede à partilha da produção, sem os mínimos cuidados necessários à boa conservação do pescado. Após a partilha, o produto é entregue aos compradores tradicionais, que iniciam a rede de intermediação existente entre o pescador artesanal (produtor) e o consumidor final.

A pesca artesanal se realiza única e exclusivamente com base no trabalho manual do pescador e nas formas de organização social das pescarias. Nela, a participação do homem dá-se em todas as etapas: a manipulação dos implementos e do produto é total, ou quase total, prescindindo-se de tração mecânica no lançamento, no recolhimento e no levantamento das redes e demais implementos. Essa modalidade de pesca não

se apoia na grande produção ou na estocagem. No Rio Grande do Norte, no período de 1996 a 2006, a pesca teve uma produção de pescado marítimo de 145.003,4 toneladas, distribuída ao longo da costa potiguar que é compreendida como litoral oriental (leste e sul) e litoral setentrional (norte).

O SIGNIFICADO CULTURAL DA PESCA E DOS PESCADORES

É no oceano, ou no mar, que os pescadores se lançam todos os dias para pescar e conviver num certo tempo e espaço, e a terra é o *substratum*, o território de convivência social, cultural e afetiva, passando a significar a ampliação da vida de relações entre eles. Assim, ao explorarem o oceano/mar e os recursos deste, os homens elaboram diversos modos de apropriação social, econômica e cultural ligados ao ambiente marinho. As práticas socioculturais da "gente do oceano/mar" dão às comunidades pesqueiras características identitárias e culturais, pois passam a ser uma das dimensões da vida social dos pescadores, um espaço de crenças, mitos e utopias, e adquirem valor simbólico e material para a reprodução da condição humana dos pescadores.

No estado do Rio Grande do Norte, há inúmeras comunidades pesqueiras artesanais tradicionais ao longo do litoral. O conceito de tradição aqui utilizado é o que Maria da Conceição Almeida adota em *Complexidade e cosmologia da tradição, a saber*: o suporte dos conhecimentos adquiridos de gerações passadas. Sublinhe-se que o saber tradicional produziu, ao longo de sua história, um rico e diversificado marco de leitura e interpretação do mundo (ALMEIDA, 2000).

Diz a autora que o saber tradicional

ainda se constitui como funcional e, nesse sentido, como adequado às populações humanas. “Na ausência da ciência é a ele que se recorre para o enfrentamento de problemas técnicos de produção, para o conhecimento dos fenômenos do ecossistema, para a fixação de regras de conduta, para o acesso às idealidades mais amplas e inconscientes” (ALMEIDA, 2000, p.55).

Nesse sentido, o tradicional pauta-se, também, como ciência, pela referência ao contemporâneo. A atualização do sistema de referência, em função das transformações ocorridas, é uma evidência que não se pode omitir.

Giddens (1991, p.37-38) esclarece que a tradição é “um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo atividade ou experiência particular no passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes”. Sendo assim, a maior parte da cultura transmitida representa a tradição, que se dá através de processo social em que os elementos do patrimônio cultural se transmitem de uma geração, a outra geração por meio de contatos de continuidade.

Num mundo em crise de valores e de sentidos como o atual, a questão da cultura e da identidade tem sido o centro das atenções. Aqui se entende

cultura não como entende o senso comum, mas como uma idéia abrangente. A cultura manifesta-se espacialmente e permite a elaboração de mapas de significados que incluem representações gráficas do que é [...] lembrado, imaginado e contemplado [...] material ou imaterial, real ou desejado, do todo ou da parte [...] vivenciado ou projetado (COSGROVE, 2000, p.2, grifo nosso).

No tocante à identidade, quer-se, neste trabalho, buscar simbolicamente elementos que retratem a identificação social, já que esta se expressa através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta e simbólica. As identidades sociais, puramente simbólicas, são produzidas como representações da realidade de um reconhecimento social da diferença: “as marcas da identidade não estão inscritas no real, embora os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas sejam dele selecionados” (PENHA, 1992, p.167).

Assim, a identidade territorial se exprime pelo conjunto conectado de representações que dão certa homogeneidade ao espaço a que se refere, ou reconhece nele essa homogeneidade, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que ali se identifica (HAESBAERT, 1999, p. 50).

Esta análise busca, na essência, apreender a construção de identidades e o domínio de valores que estão atrelados em diferentes concepções culturais de temporalidades arraigadas nas comunidades marítimas de pesca artesanal. Pergunta-se em que medida o espaço em que elas se inserem contribui para a transmissão de valores.

É importante ter-se em conta que somente uma parte das comunidades litorâneas se transformou em comunidades marítimas. Sobretudo as que combinam pesca e agricultura em ambientes fechados (baías, lagunas, estuários), são comunidades litorâneas, mas não necessariamente marítimas (MOURÃO, 1971).

Na pesca marítima, há um alto grau de imponderabilidade, de riscos, pela própria

natureza dos recursos, de um lado, e, do outro, pelo fato de o oceano/mar ser um bem “comum”, de livre acesso. Mesmo nos inúmeros casos em que há certos mecanismos de controle sobre o “território marítimo” (DIEGUES, 1995 p. 20), por transmissão hereditária ou comunitária de “loais de pesca”, a atividade pesqueira é sempre oscilante e imprevisível. Essa característica de “oceano/mar socializado”, de “livre acesso”, combinada às outras variáveis naturais, marca indelevelmente as comunidades marítimas como móveis e dependentes da própria imprevisibilidade e mobilidade dos recursos pesqueiros.

Em sua relação com o oceano/mar, os “pescadores marítimos” não só elaboram uma imagem de si próprios, mas também criam mitos e práticas rituais, classificam os recursos naturais segundo categorias específicas e têm linguajar próprio (SILVA, 1982). Ao contrário de comunidades de pescadores que vivem em ecossistemas litorâneos abrigados, as sociedades marítimas desenvolveram práticas rituais variadas, em geral destinadas a aplacar os espíritos do oceano/mar.

No cotidiano do pescador artesanal, o espaço é um componente de “materialidade donde lhe vem uma parte de sua concretude e empiricidade” (SANTOS, 1999, p. 44) e da lógica que assegura a continuidade de seu imaginário. Para o pescador, o espaço é a terra, e a terra funciona como o lugar que define e modifica a significação de seus espaços – o oceano/mar e a terra.

Na pesca artesanal, o espaço real do pescador está sempre mudando em sua fisionomia e nas relações sociais. Com isso, a história da cultura dos pescadores artesanais inspira-se no próprio funcionamento das

coisas. As sociedades têm história, no curso da qual emergem particulares identidades; e as unidades espaciais (comunidades) pesqueiras, em suas relações dialéticas, estabelecem processos sociais implicados na formação e na conservação da identidade, determinados pela estrutura social.

Na vida cotidiana, a orientação e o comportamento dependem de tipificações – o pescador tem uma cultura própria diferente, por exemplo, da do agricultor. Isso significa que as práticas culturais podem ser observadas na vida cotidiana das comunidades pesqueiras, que se valorizam pela experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras do sentir, do gostar de fazer, o aprimoramento e a maestria dos mestres, o cuidado em ensinar aos jovens (que, muitas vezes, não querem aprender o ofício) e o fixar no seio da comunidade o gosto pelo mister ligado ao oceano/mar, ora o de dentro ora o de fora.

É possível perceber que, na pesca artesanal, o pescador age dinamicamente, unido de numerosas características: passar a todos os do grupo o saber do fazer, a dimensão imaginativa, a crença. Isso é possibilitado por um comportamento comum a todos os membros da unidade espacial (comunidade), podendo-se afirmar que a cultura do grupo em análise resulta da capacidade de seus membros de se comunicarem entre si por meio de símbolos e da boa vontade em desejar em disseminar suas práticas sociais, elo do presente com o passado.

Segundo Wagner e Mikesell (2003, p.28), quando as pessoas parecem pensar e agir

similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem com os mesmos

companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, [...] observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam o mesmo passado.

Daí a atribuição de significados, inerente à cultura, orientar a ação – simbólica ou utilitária –, o que resulta em expressões concretas, através de crença, por exemplo. Em outras palavras, enxerga-se, na pesca artesanal e na dimensão das práticas cotidianas, nichos de constância cultural – de “padrões” culturais –, que têm prognosticado a construção e a performance cultural no tempo e no espaço, agora intrinsecamente preso ao território, entendido como espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

O território é o sustentáculo que garante ao homem a identidade em relação a seu lugar. Mas há a tendência de uma maior interdependência global, que tem provocado o colapso de todas as identidades culturais fortes, levando-as a produzir a fragmentação de códigos culturais, na multiplicidade de estilo, na ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente, na diferença e no pluralismo.

Assim, “todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico” enxergando-se como “geografias imaginárias” (SAID, 1990, apud HALL, 1998, p.76). Giddens (1991,) entende que existe uma “separação entre espaço e lugar.” O lugar é ponto de práticas sociais específicas que moldaram os indivíduos e os formaram e com as quais suas identidades estão estreitamente ligadas. O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; mas a forma visível de ele ocultar as relações que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991). Em certa medida, existe uma aproximação do conceito de

“lugar” ao de “espaço vivido”. O espaço vivido passa a se constituir em um movimento para uma interrogação mais central – o olhar do habitante (BONNEMAISON, 2002, p. 90).

Pode-se adentrar também na relação afetiva e cultural, dado que a idéia de cultura deve estar associada à de território. Segundo Bonnemaïson (2002, p.100-101) “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço.”

A PESCA E A IDENTIDADE: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS

A construção da identidade da pesca artesanal é percebida a partir de experiências reais e significativas. A identidade representa o sentimento de pertencimento: ela é simbólica e abstrata, mas é originária de vivências e afetos concretos. As experiências cotidianas vão compondo um mosaico de imagens que se vinculam sempre a significados ampliados da identidade. Desse modo, “identidade” é um termo polissêmico, relacionado tanto ao indivíduo, no aspecto pessoal, como também às relações entre o indivíduo e a coletividade. Para Wassermann (2001, p.8), “as subjetividades individuais e coletivas são a matéria-prima da identidade.” Nesse contexto, a identidade coletiva dos pescadores artesanais “conforma-se a partir de sua localização geográfica e dos antecedentes, que atribuíram a essa localização espacial [dos pescadores] um significado diverso do dos demais territórios” (WASSERMAN, 2001, p.9).

Ao se discutir sobre a territorialidade da pesca, está se buscando a apreensão de uma conjunção de significados atribuídos pelos que praticam essa atividade econômica sobre a

vivência e a reprodução social da comunidade pesqueira.

Nesse universo, as relações sociais estabelecidas são construídas a partir dos significados culturais inerentes, que são capazes de distinguir, no seio da comunidade, o pescador, a quem a comunidade identifica e atribui o saber do universo oceano/mar-pesca, qualidade que o torna diferente, diferença que o aproxima de todos os do seu grupo. Isso garante ao “lobo do mar” o reconhecimento perante seus companheiros.

Ao adentrar por tais meandros, a estratégia à vista é mapear os significados e os traços identitários e, desse modo, sistematizá-los a partir das práticas sociais, da representação social e da cultura consensual vivida e percebida.

Os significados e as práticas culturais são próprios de determinados grupos da sociedade. Por conseguinte, o significado cultural vincula a análise de práticas culturais à construção discursiva de significados. É importante para compreender um processo cultural vê-lo dentro de uma história, saber identificar que fatores podem determinar transformações culturais, mudanças culturais e saber que fatores, ao introduzir mudanças culturais, respeitam a identidade, fazem modificações sem destruir o significado cultural.

No processo cultural, originou-se um sistema tendencialmente homogêneo, constituído por um aglomerado de entidades e modos de vida relativizados. Então “o desfecho, pelo menos no plano teórico, foi a marginalização cultural dos particularismos como corolário duplo da eliminação de espaços socioeconômicos alheios à lógica super-ordenadora global e do estabelecimento

de fronteiras políticas mais ou menos artificiais e formais” (FORTUNA, 1999, p. 13).

Vive-se o universalismo e o progresso numa construção cultural que acompanha, descreve e justifica a edificação de uma economia globalizada e repressora, distintiva perante os elementos identitários particulares. Qual é a lógica da identidade? Ela é oriunda de uma assimilação que travam entre si o homem e o grupo – particularizado –, em seu lugar de vivência, onde ocorrem suas práticas e interações, as quais se assentam na relação sociocultural, que se materializa na relação local.

De certo modo, a identidade se condiciona ao sentido de uma recomposição que se opera de modo simultâneo, quer a partir de diferentes lugares, quer de diferentes tempos, quer de diferentes agentes e referentes. Portanto, deve-se admitir a existência de um *continuum* de possibilidades para as expressões identitárias que sujeitos e grupos desenvolvem, à medida que a vida social se complexifica.

Nas situações sociais de seu cotidiano, os atores atuam de acordo com competências identitárias, porque a compreensão contemporânea é de que as identidades são “transitórias, plurais e auto-reflexivas” (FORTUNA, 1999, p. 24). Criam-se possibilidades individuais, feitas de acordo com a própria percepção da estrutura das relações entre os indivíduos e, portanto, desencadeadas em função dos recursos disponíveis e dos efeitos previsíveis. Mediadora da relação estabelecida entre a estrutura social e a ação dos sujeitos, as identidades sociais são feitas e refeitas ao sabor das mudanças sociais e das novidades culturais (KELNER, 1992).

É de se pensar que a reconstrução de identidades engendra-se num processo dinâmico de constante confronto entre o velho e o novo. As identidades sociais estão sujeitas a um processo de destruição criadora (FORTUNA, 1999), no sentido da incessante redefinição dos traços identitários matriciais e de autovalidação pública dos homens.

Pensando-se melhor, adentra-se no que teoriza Carlos Fortuna ao consignar que a admissibilidade de uma destruição criadora das identidades impõe a necessidade de se rever o significado atribuído às matrizes típicas das identidades da modernidade – “a classe social, o sexo, o grupo étnico, o grupo religioso, a condição laboral e o estatuto educativo e familiar” (FORTUNA, 1999, p. 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pescador se identifica com o mar não porque sua renda de trabalho dê para as despesas com a família, mas pelo domínio do mar, pelo prazer do saber-fazer e pelo reconhecimento da comunidade.

De outro modo, a percepção que o pescador tem do meio varia de acordo com as formas de produção. O sistema da representação que os indivíduos e grupos fazem do meio em que vivem resulta das/dessas representações mentais. É assim que eles agem e atuam. Ademais, ela é formada não somente de representações objetivas, mas, igualmente, do julgamento de valor e de crenças. Nesse compasso, o respeito e o temor ao mar refletem-se na religiosidade dos pescadores.

A liberdade advém da experiência do conhecer e do saber do velho pescador se traduz em sabedoria, algo distinto do saber-fazer. A sabedoria não diz respeito ao

manuseio de um apetrecho de pesca, mas a onde e quando utilizá-lo. A sabedoria o pescador a adquire não somente pela experiência, mas indo pescar e ouvindo os mais velhos. E crescendo novo contexto.

O significado que o homem constrói da pesca decorre das relações socioeconômicas desempenhadas no interior das comunidades pesqueiras. No território da pesca, a identidade é simbólica e abstrata, originária de vivências e afetos concretos. Na cultura da pesca, os significados que essa atividade tem na história de vida dos pescadores e o valor simbólico de sua representatividade são caracterizados pelas práticas sociais do trabalho e pela elaboração sociocultural que se trava nas próprias comunidades, alimentando a significação e a práxis do território pesqueiro.

NOTAS

ⁱ Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pós-doutor pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

E-mail: aikosnelus@ufrnet.br

¹ Aquela em que os pescadores autônomos, sozinhos ou em parcerias, participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão de produção em “partes”, sendo o produto destinado preponderantemente ao mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João F. A propósito das expectativas dos jovens e da renovação da

- pesca: um comentário. In: MONIZ, António e KOVÁCS, Ilona (Org.). *Pescas e pescadores*. Oeiras: Celta Editora, 2000, p.75-80.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In.: CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Geografia Cultural: um século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. v.3 , p.83-131.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Pescadores artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. São Paulo, 2001. Tese. 143 p.
- COSGROVE, Denis (org.). Mundos de significados. *Geografia Cultural e imaginação*. In.: *Geografia cultural: um século (2)*. CORREA, Robert L., ROSENDAHL, Zeny. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000, p.32-60.
- DIEGUES, Antonio. *Povos e Mares: leituras em sócioantropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995. 260 p.
- FORTUNA, Carlos. *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*. Oeiras: Celta Editora, 1999. 134p.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HAESBAERT, Rogério. *Identidades territoriais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1998. 102 p.
- KELLNER, Douglas. Popular culture and the construction of postmodern identities. In.: LASH, Scott e FRIEDMAN (org.) *Modernity and identity*. Oxford e Cambridge (Mass.), Blacwell, 1992, p. 141-177.
- MOURÃO, Francisco. *Pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo*. São Paulo. Tese. Doutorado, FFLCH/USP, 1971. 267 f.
- PENHA, M. *O que faz ser nordestino*. São Paulo: Cortez, 1992. 180 p.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999. 303 p.
- SILVA, Anelino Francisco da. *O homem e a pesca: as atividades pesqueiras no estuário e no litoral de Goiânia*. Recife, 1982. Dissertação, UFPE/ Departamento de Ciência Geográfica. 142 f.
- SOUZA, Marcelo J. L. O desenvolvimento das teorias do desenvolvimento. *Principio*, p. 27-33, nov./jan. 1994/1995.
- WAGNER, Philip L.; MIKESELL, MARVIN, N. Os temas da geografia cultural. In.: CORREA, Roberto L; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 27-62.
- WASSERMANN, Cláudia. Identidade: conceito, teoria e história. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v.7, n.2, p.7-19, jul./dez. 2001.